

ASPECTOS DA ANTROPIZAÇÃO NA MATA DO PAU FERRO DO MUNICÍPIO DE AREIA/PB

Willian Dutra Benevides (*), Wagner Henrique Crisostomos Pereira, Gilcean Silva Alves.

* Instituto Federal da Paraíba – IFPB. E-mail: williandbenevides@gmail.com

RESUMO

A reserva ecológica mata do Pau-ferro é uma área remanescente de Mata Atlântica no Brejo de Altitude Paraibano. Contendo uma área de aproximadamente 608 hectares. Sendo abastecida pelos rios da bacia do Mamanguape/PB. Após a instituição do decreto de Lei nº 14.832, de 19 de outubro de 1992, o governo estadual construiu habitações populares na entrada da reserva, nas proximidades da rodovia PB 079, visando à transferência de moradores que habitavam no seu interior. Estando a gestão sob responsabilidade da Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA. As pressões antrópicas são, sobretudo, ocasionadas no perímetro, pois nas bordas da Reserva o uso agrícola vai adentrando aos poucos, mesmo sendo uma área de reserva, foi possível notar construções irregulares, a especulação imobiliária se apossando de determinadas áreas da reserva, áreas clareiras, resultante de desmatamentos. A restauração da vegetação está ligada à adequação das políticas públicas com o intuito de aplicar os resultados de estudos e pesquisas que apontam algumas soluções para contenção da degradação que se instala nas áreas através das atividades antrópicas.

PALAVRAS-CHAVE: Mata Atlântica; Mata do Pau Ferro; Brejo Paraibano

INTRODUÇÃO

Segundo MMA (2004), bioma é um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria.

De acordo com Silva (2002), a Mata Atlântica é importante para o equilíbrio original dos ecossistemas, a conservação da biodiversidade faunística e a regulação de fluxos dos recursos hídricos, possibilitando o controle do clima e a estabilidade de encostas e encostas. Quando há remoção da vegetação a fauna e flora ficam comprometidas, os solos tornam-se compactados ou degradados pela erosão e os rios sofrem assoreamento.

No Brasil, as áreas remanescentes de Mata Atlântica concentram-se apenas nas serras em alguns trechos do Sul, Sudeste e Nordeste. Devido às dificuldades de ocupação impostas pelo relevo, as regiões serranas conseguiram manter áreas contínuas dessa cobertura vegetal (SILVA, 2002).

A situação de conservação da Mata Atlântica na Paraíba é extremamente delicada. A expansão agropecuária, em particular da lavoura da cana-de-açúcar, praticamente devastou todo esse ecossistema, restando apenas pequenos fragmentos em propriedades particulares e alguns remanescentes protegidos pelo poder público, sendo divididas em dois grupos (Unidades de Conservação de Proteção Integral e Unidades de Conservação de Uso Sustentável).

Nos Brejos de Altitude, a cobertura florestal nativa foi igualmente substituída pela agricultura e pela pecuária, o que foi agravado, neste caso, pela maior concentração populacional historicamente aí constatada. Esta realidade aumenta a pressão antrópica sobre os remanescentes florestais, gerando um grave problema, com conseqüências ambientais, econômicas e sociais (PORTO et al, 2004).

A Reserva Ecológica Mata do Pau-Ferro, com cerca de 600 ha, localizada no município de Areia, constitui uma unidade de conservação de domínio estadual, criada pelo Decreto 14.832, de 01 de outubro de 1992. É, certamente, a mata de brejo mais representativa no estado da Paraíba. Ela já sofreu forte pressão antrópica, notadamente antes da criação da Reserva. Vastas áreas de matas ciliares, principalmente aquelas ocorrentes em várzeas, foram desmatadas para dar lugar a culturas agrícolas. Essas áreas, atualmente, estão abandonadas, formando capoeiras em diferentes estágios sucessionais, algumas delas tomadas por gramíneas que impedem ou dificultam o processo de regeneração natural. Ressalte-se ainda que a Mata do Pau-Ferro cobre praticamente toda a área de captação da Represa de Vaca-Brava, reservatório que garante o abastecimento de água de diversos municípios da microrregião do Brejo Paraibano (PORTO et al, 2004).

OBJETIVO

Analisar as interferências humanas e suas consequências na Reserva Ecológica Estadual da Mata do Pau Ferro

METODOLOGIA

A área objeto de estudo está situada na mesorregião do Agreste Paraibano no município de Areia/PB. O presente trabalho foi sintetizado na Reserva Ecológica Estadual Mata do Pau Ferro localizado a cerca de 5 km a oeste da sede municipal de Areia/PB (6° 58' 12" S e 35° 42' 15" W), reserva que contém uma área aproximada de 608 ha.

O município de Areia se localiza no Brejo Paraibano, a 118 km da capital João Pessoa e está implantada sobre o relevo maciço da serra da Borborema, a cerca de 623 metros de altitude (Moreira, 2009). É abastecida pelos rios da bacia do Mamanguape (FÚZIA, 1998), possui clima ameno, bastante úmido no inverno, com temperatura variável entre 15°C e 30°C (IBGE, 1960).

O relevo é geralmente movimentado, com vales profundos e estreitos dissecados. Com respeito à fertilidade dos solos é bastante variada, com certa predominância de média para alta. A vegetação desta unidade é formada por Florestas Subcaducifólica e Caducifólica, próprias das áreas agrestes. O clima é do tipo Tropical Chuvoso, com verão seco. A estação chuvosa se inicia em janeiro/fevereiro com término em setembro, podendo se adiantar até outubro (BRASIL, 2005).

O levantamento foi desenvolvido através de visitas guiadas na área de estudo para a coleta de dados relacionados ao histórico geográfico, sócio-econômico e ambiental da localidade em questão.

RESULTADOS

Por meio dos dados obtidos em campo através de observações diretas, referenciais teóricos, entrevistas com os nativos que residem na região da Reserva Ecológica Estadual Mata do Pau Ferro, constatou-se que pelo fato da área conter solos bastante férteis e uma umidade considerável, a Floresta Ombrófila Aberta foi aos poucos sendo desmatada para as atividades agrícolas que se instalaram no local, principalmente a atividade canavieira, dando origem a uma fragmentação das florestas do brejo paraibano. De acordo com Almeida (1980), haviam 91 engenhos em Areia, sendo 28 de rapadura, 12 de aguardente e 51 de aguardente e rapadura que em 1953 produziam 8.660.000 quilogramas de rapadura e 2.435.000 litros de aguardente. Dos remanescentes contidos no território municipal areense, a Mata do Pau Ferro situada na região Sudoeste da poligonal do Município se destaca como maior fragmento florestal. Os fragmentos que sobraram da vegetação natural encontram-se dispersos ao longo do território e estão isolados pelas diversas formas de uso do solo atribuídos pela população, o que ocasiona uma maior instabilidade, considerando que facilita a ocorrência de processos de erosões intensos.

Ainda levando em conta o tamanho do fragmento, aponta-se que este poderá afetar a manutenção de algumas populações de indivíduos vegetais. De acordo com Kageyama (1998), a fragmentação afeta a genética das populações. O Autor defende que as espécies comuns de alta densidade, não necessitam de grandes áreas para se manterem, entretanto determinadas espécies, consideradas mais raras devido à baixa densidade, necessitam de milhares de hectares para a manutenção de sua população em detrimento ao meio.

Com a utilização agrícola a paisagem aparenta um mosaico de contrastes, comportando culturas e Floresta em áreas vizinhas. O uso do solo se faz de forma intensiva e extensiva, onde se tem a presença da cana-de-açúcar, lavouras de subsistência e, principalmente, pastagens que se estendem praticamente por todo o território, desde terrenos planos como as chãs, até terrenos mais ondulados (BARROS, 2005).

A Reserva Biológica da Mata do Pau Ferro que possui 598,39 ha é o maior fragmento, enquanto que o restante dos fragmentos contém 1.492,66 ha que somados totalizam 2.091,05 ha, ou seja, 39,38% da área restante da Floresta Ombrófila Aberta no Município se concentra na Mata do Pau Ferro (BARROS, 2005).

Analisando sob uma nova perspectiva, os fragmentos em sua grande parte são de tamanho igual ou inferior a cinco hectares, totalizando 260 unidades, representando 68,6% dos fragmentos, ocupando uma área de 562,74 há (BARROS, 2005). Sob um ponto de vista diferenciado, é possível perceber que essa ocorrência tende a facilitar o desmatamento silencioso desses fragmentos, tornando oculto o desaparecimento da Floresta Ombrófila.

A área sujeita a ações antrópicas dentro da Reserva Ecológica Mata do Pau Ferro se expandiu. A pressão é, sobretudo, ocasionada no perímetro, pois nas bordas da Reserva o uso agrícola vai adentrando aos poucos, mesmo sendo uma área de reserva, foi possível notar construções irregulares, a especulação imobiliária se apossando de determinadas áreas da reserva, áreas clareiras, resultante de desmatamentos, onde atualmente ocorre regeneração natural de forma lenta, sem cobertura vegetal de médio e/ou longo porte, árvores caídas e troncos cortados dentro dos perímetros da reserva ecológica estadual da Mata do Pau Ferro.

O Decreto Estadual nº14. 832 de 19 de outubro de 1992 cria a reserva e define objetivos que vão desde a proteção até a preservação dos recursos da biota, no entanto sua delimitação e gestão é a cargo da Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA. No quis diz respeito à legislação, podemos dizer que a mesma protege esse patrimônio natural, entretanto é uma área que está sendo afetada pelas atividades socioeconômicas.

CONCLUSÕES

A restauração da vegetação está ligada à adequação das políticas públicas com o intuito de aplicar os resultados de estudos e pesquisas que apontam algumas soluções para contenção da degradação que se instala nas áreas através das atividades antrópicas.

Embora os fragmentos de Mata Atlântica de Altitude existentes no Município de Areia ocupem áreas relativamente pequenas, a maioria abaixo de 10 há, de acordo com o diagnóstico socioeconômico do SEBRAE de 1996, é importante conserva-los e até restaura-los, não levando em consideração apenas questões biológicas. Tens que considerar que a recomposição florestal nessa área possui um valor relevante, pois esta área alimenta nascente de diversos afluentes do Rio Mamanguape. Essa recomposição florestal poderá ser feita na forma de corredores ecológicos, trazendo benesses a manutenção do solo, da água, servindo para a diversidade biológica também.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, Horácio de. Brejo de Areia. 2.ed. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1980. 210p.
2. BARROS, M. J. V. Estudo da Cobertura Vegetal do Município de Areia-PB: Subsídios para a Gestão Ambiental. Areia: UFPB, 2005. Tese (Mestrado em Agronomia) - Programa de pós-graduação em Agronomia laboratório de ecologia vegetal, Centro de Ciências Agrárias Departamento de Fitotecnia, Universidade Federal da Paraíba, Areia, 2005.
3. BELTRÃO, B. A.(Org) et al. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea Estado da Paraíba: diagnóstico do município de Areia. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.
4. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Areia, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/areia/panorama>> Acesso em: 01 de Junho de 2019.
5. MMA (Ministério do Meio Ambiente). 2004. Subprograma do PPG7 para a Mata Atlântica. Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Brasília, Brasil. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/sbf/pnf/n2respla.html>> Acesso: em 15 de Maio de 2019.
6. PORTO, K. C.(Org); CABRAL, J. J. P.(Org); Tabarelli, M.(Org) Brejos de altitude em Pernambuco e Paraíba: história natural, ecologia e conservação Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.
7. PRODER. Programa de Emprego e Renda: AREIA. João Pessoa: SEBRAE/PB, 1996. 40p. (Série: Diagnóstico Socioeconômico)
8. SILVA, M. C. et al. Condições ambientais da Reserva Ecológica Estadual da Mata Pau Ferro, Areia-PB. Geografia, Londrina, v. 15, n. 1, jan./jun. 2006
9. XAVIER, K. R. F et al. Impactos pós-fogo na regeneração natural em um fragmento de floresta ombrófila aberta no município de Areia, Paraíba, Brasil. Revista brasileira de Biociências. Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 257-264, jul./set. 2011.